



MINISTÉRIO DA ECONOMIA - ME
SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

CERTIFICADO DE LAUDO DE PRODUÇÃO

Processo nº 52710.011336/2019-11

Interessado: POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS SUFRAMA	NÚMERO 0278/2019 - SPR/CGAPI/COAUP.
	LAUDO DE PRODUÇÃO	VERSÃO 1

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL POSITIVO TECNOLOGIA S.A	CNPJ 81.243.735/0019-77	INSC. SUFRAMA 20013214-8
ENDEREÇO COMPLETO RUAJAVARI, 1255 - LOTE 257-B		
BAIRRO DISTRITO INDUSTRIAL		

DADOS DO PRODUTO	
PRODUTO 0307 - MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL	
TIPO	
MODELO	
PRODUTO CONFORME RESOLUÇÃO	INÍCIO DA PRODUÇÃO 12/07/2019

DOCUMENTO(S) APROBATÓRIO(S)		
BASE LEGAL PORTARIA	NÚMERO 0103/2015	DATA 06/03/2015
TIPO PROJETO Ampliação	LO Nº - Versão 0217/2017 - 1	DATA 08/08/2017

TEXTO
<p>APÓS INSPEÇÃO "IN LOCO" E ANÁLISE DOCUMENTAL REALIZADA PELOS TÉCNICOS DESTA SUPERINTENDÊNCIA, CERTIFICAMOS QUE NO MOMENTO DA INSPEÇÃO, A EMPRESA CUMPRIA O PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO REFERENTE A ESTE PRODUTO, ESTABELECIDO NO(A) PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 17, de 26/06/2019 - ME/MCTI CONFORME OS TERMOS DO RELATÓRIO Nº 0278/2019 - SPR/CGAPI/COAUP.</p> <p>O PRESENTE LAUDO TEM COMO FINALIDADES: DEFINIR O INÍCIO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO (NO CASO DE 1º LP); LIBERAR, QUANDO APLICÁVEL, O SALDO REMANESCENTE DO LIMITE DE IMPORTAÇÃO DE INSUMOS (NO CASO DE 1º LP); E REGISTRAR ETAPAS DO PPB OPERACIONALIZADAS NO MOMENTO DA INSPEÇÃO.</p> <p>QUALQUER ALTERAÇÃO NAS CONDIÇÕES APRESENTADAS/ATESTADAS NO MOMENTO DA INSPEÇÃO É DE INTEIR/ RESPONSABILIDADE DA EMPRESA, A QUAL DEVE SOLICITAR IMEDIATAMENTE À SUFRAMA NOVA INSPEÇÃO</p>

Observação : Considerando:

- 1 - Na fabricação do produto em tela, a empresa compromete-se em atingir 100%, de cada etapa escolhida, constantes dos incisos XVII (5 pontos) e XVIII (1 ponto), do art. 1º, da supracitada PI (executadas na empresa) e os seguintes percentuais, abaixo discriminados, de cada etapa escolhida (executadas por terceiros), atingindo os 42 pontos, por ano calendário, exigidos na referida PI (vide formulário, anexo ao processo).
- Incisos VIII (11 pontos) - 100%.
- Inciso IX (1 ponto); XIII (7,5 pontos); XIV (1 ponto); XV (7 pontos); XVI (1,5 pontos) - 50% de cada inciso.
- Inciso X (3 pontos) - 75%.
- Inciso XI (3 pontos) - 60%.
- Inciso XII (1 ponto) - 14%.

DATA DA FISCALIZAÇÃO 26/11/2019	DATA DA EMISSÃO 29/11/2019	VALIDADE 28/02/2021
---	--------------------------------------	-------------------------------



Documento assinado eletronicamente por **Maria Auxiliadora Barros Carlos, Assessor Técnico(a)**, em 03/12/2019, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Cezar Moraes de Melo, Economista**, em 04/12/2019, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yêda Ivina Aquino de Sousa, Coordenador(a)**, em 13/12/2019, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudenir Lima da Silva, Coordenador(a)-Geral**, em 18/12/2019, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Adolfo Igrejas Filgueiras, Superintendente Adjunto(a)**, em 18/12/2019, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida na http://www.sei.suframa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0645959** e o código CRC **4B3A20DC**.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS - MDIC
SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

CERTIFICADO DE LAUDO DE OPERAÇÃO

Processo nº 52710.501244/2017-59

Interessado: POSITIVO TECNOLOGIAS/A

CERTIFICADO DE LAUDO DE OPERAÇÃO	Número: 0217 /2017 - SPR/CGAPI/COAUP.
	Versão: 1

Dados da Empresa		
Razão Social: POSITIVO TECNOLOGIA S.A	CNPJ: 81.243.735/0019-77	Inscrição Suframa: 20155101-2
Endereço Completo: R. JAVARI, 1255 - LOTE 257-B	Bairro: DISTRITO INDUSTRIAL I	

Documento(s) Aprobatório(s)			
Base Legal:	Tipo de Projeto:	Número: 0103/2015	Data: 06/03/2015
PORTARIA	Ampliação		
Nº DOC	Linhas de Produção	Código Suframa: 0307	
0103/2015	MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL		

Texto		
APÓS INSPEÇÃO "IN LOCO" E ANÁLISE DOCUMENTAL REALIZADA PELOS TÉCNICOS DESTA SUPERINTENDÊNCIA CERTIFICAMOS QUE NO MOMENTO DA INSPEÇÃO, A UNIDADE LOCALIZADA NO ENDEREÇO ACIMA REUNIA CONDIÇÕES INDUSTRIAIS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DAS LINHAS IMPLANTADAS, CONFORME TERMOS DO RELATÓRIO Nº 0217 /2017 - SPR/CGAPI/COAUP. QUALQUER ALTERAÇÃO NAS CONDIÇÕES APRESENTADAS/ATESTADAS NO MOMENTO DA INSPEÇÃO É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA, A QUAL DEVE SOLICITAR IMEDIATAMENTE À SUFRAMA NOVA INSPEÇÃO.		
Data de Fiscalização: 26/06/2017	Data de Emissão: 08/08/2017	Validade: 31/10/2020

TÉCNICO(S) RESPONSÁVEL(IS)		
Nome: MELQUIADES FERREIRA CAMPOS NETO MARIANA HERMÍNIA DA COSTA		Sector: COPIN
Aprovação		
Coordenador(A) da COPIN: CAMILA JACQUELINNE MEDEIROS CARNEIRO	Coordenador-Geral da CGAPI: PAULA ANDRÉA KANZLER SOARES	Superintendente da SPR: PAULA ANDRÉA KANZLER SOARES



Documento assinado eletronicamente por **Melquiades Ferreira Campos Neto, Engenheiro Eletricista**, em 11/08/2017, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Herminia da Costa, Engenheiro Eletricista**, em 14/08/2017, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camilla Jacquelinne Medeiros Carneiro, Coordenador(a), substituto(a)**, em 14/08/2017, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Andrea Kanzler Soares, Superintendente Adjunto(a)**, em 17/08/2017, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida na http://www.sei.suframa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0046455** e o código CRC **DE3EFDEB**.



Ministério do Desenvolvimento Agrário

**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO
E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
NO ESPÍRITO SANTO
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL**

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 11 DE MARÇO DE 2015

O Comitê de Decisão Regional da Superintendência Regional do Inara no estado do Espírito Santo (CDR/ES), em cumprimento ao artigo 9º da estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no DOU do mesmo dia, edição extra, e no art. 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no DOU, do dia 09 do mesmo mês e ano, tendo em vista a decisão adotada em sua Quarta Reunião Extraordinária, realizada no dia 02 de março de 2015 e;

Considerando a Norma de Execução nº 33, de 14 de julho de 2003, publicada no DOU do dia 23 do mesmo mês e ano.

Considerando a fundamentação legal constante nos incisos I, II e III da Norma de Execução supramencionada.

Considerando as análises técnicas e jurídicas constantes no processo administrativo 54340.001264/2009-03, resolve:

Art. 1º - Aprovar a concessão de uso de uma área de 1.023,28 m² (mil e vinte três vírgula vinte e oito metros quadrados) da área comunitária que integra o PA Travessia, criado mediante a Portaria Incra/SR(20)/G/Nº 013, de 06 de agosto de 2003, localizado no município de Nova Venécia/ES à Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Ministério de Ecoporanga para construção de um templo.

Art. 2º - Estabelecer que a área objeto desta concessão de uso seja revertida de pleno direito, para posse, domínio e administração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inara), independente de notificação ou indenização, se, no todo ou em parte, lhe for dada aplicação adversa da destinação estabelecida.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSÉ CÂNDIDO REZENDE
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 102, DE 6 DE MARÇO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Artigo 12, inciso III, e os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 002/2015 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR, com fundamento nos Artigos. 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa TRIUMPH - FABRICAÇÃO DE MOTOCICLETAS DE MANAUS LTDA. (CNPJ nº 14.808.074/0001-63) e inscrição SUFRAMA nº 20.1438.01-1, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 002/2015 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de TANQUE RESERVA DO RADIADOR PARA CILINDRO MOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS (código SUFRAMA nº 1607) e o gozo do incentivo previsto no artigo 9º do referido Decreto-Lei.

Art. 2º FIXAR os limites de importação de insumos para fabricação do produto a que se refere o Art. 1º da presente Portaria, em:

Discriminação	Valor em US\$ 1,00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
TANQUE RESERVA DO RADIADOR PARA CILINDRO MOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS	109,150	137,529	165,908

Art. 3º DETERMINAR que a comercialização do produto se dê exclusivamente na Zona Franca de Manaus.

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º da presente Portaria, do Processo Produtivo Básico definido na Portaria Interministerial nº 182-MD/CMT, de 19 de julho de 2004;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor;

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203 - CAS, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS

PORTARIA Nº 103, DE 6 DE MARÇO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Artigo 12, inciso III, e os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 006/2015 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015031200057

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 11 DE MARÇO DE 2015

O Comitê de Decisão Regional da Superintendência Regional do Inara no estado do Espírito Santo (CDR/ES), em cumprimento ao artigo 9º da estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no DOU do mesmo dia, edição extra e no art. 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no DOU, do dia 09 do mesmo mês e ano, tendo em vista a decisão adotada em sua Quinta Reunião Extraordinária, realizada no dia 10 de março de 2015 e;

Considerando o Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990;

Considerando a Norma de Execução/DA/Nº 100, de 29 de novembro de 2011;

Considerando a análise técnico/jurídica acostada ao processo administrativo 54340.000297/2014-95, apenso 54340.000657/2011-14; resolve:

Art. 1º - Aprovar a doação de um veículo de passeio, marca Chevrolet, modelo Corsa Wagon, Placa MQB6819 para a Prefeitura de Ecoporanga com a finalidade de atender 521 (quinhentas e vinte e uma) famílias beneficiárias do PNRA, bem como, agricultores familiares do município.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSÉ CÂNDIDO REZENDE
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

RETIFICAÇÃO

Na Retificação da Portaria publicada no D.O.U Nº 199 de 15/10/2004, Seção 1, Pag. 74, que alterou a Portaria INCRA/SR-04 Nº 83, de 09 de novembro de 1998, que criou o Projeto de Assentamento SANTA MARTA, no município de MUNDO NOVO/GO, publicada no D.O. 221 de 18/11/1998, onde se lê: "...criação de 460 (Quatrocentos e sessenta) unidades agrícolas familiares..."; leia-se: "...criação de 458 (Quatrocentos e cinquenta e oito) unidades agrícolas familiares...".

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

**INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL**

PORTARIA Nº 35, DE 11 DE MARÇO DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no uso de suas atribuições, legais e regulamentares que lhe confere a Portaria MDIC nº 558, de 04 de junho de 2007, e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 15 do Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e no artigo 19 do Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, que aprovam a Estrutura Regimental do Inmetro, considerando as informações e documentos constantes do processo Inmetro nº 52600.033344/2014, resolve:

Atualizar a capacidade anual declarada de instrumentos, a que se refere a Portaria Inmetro/Dimel nº 199, de 25 de outubro de 2012, que autoriza a empresa Dowertech da Amazônia Indústria de Instrumentos Eletrônicos Ltda., sob o código número AAM28, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/legislacao/pea>

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 36, DE 11 DE MARÇO DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no uso de suas atribuições, legais e regulamentares que lhe confere a Portaria MDIC nº 558, de 04 de junho de 2007, e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 15 do Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e no artigo 19 do Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, que aprovam a Estrutura Regimental do Inmetro, considerando as informações e documentos constantes do processo Inmetro nº 52600.042630/2014, resolve:

Modificar, por extensão, o escopo a que se refere a Portaria Inmetro/Dimel nº 007, de 16 de janeiro de 2006, que autoriza a empresa Itron Soluções para Energia e Água Ltda., sob o código número ASP01, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/legislacao/pea>

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa POSITIVO INFORMÁTICA DA AMAZÔNIA LTDA (CNPJ: 08.239.748/0001-53 e Inscrição SUFRAMA: 20.1251.01-9), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 006/2015 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL (Código SUFRAMA nº 0307), para o gozo do incentivo previsto no parágrafo 2º do artigo 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto constante do Art. 1º desta Portaria, será obtida mediante a aplicação da fórmula do parágrafo 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 3º ESTABELECEER para o produto constante do Art. 1º desta Portaria, sem quaisquer adicionais às quotas já aprovadas, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Produto	Ano 1	Ano 2	Ano 3
PORTÁTIL MICROCOMPUTADOR	59,407,314	65,348,045	71,882,849

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto constante do Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pelas Portarias Interministeriais MDIC/MCTI nº 185, de 7 de julho de 2014 e nº 327, de 31 de dezembro de 2014;

II - o investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do produto constante do Art. 1º desta Portaria, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor;

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS

PORTARIA Nº 104, DE 6 DE MARÇO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Artigo 12, inciso III, e os termos da Parecer Técnico de Projeto nº 150/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FLEXCABLES DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CABOS E FIOS LTDA., CNPJ: 04.497.844/0001-40, Inscrição SUFRAMA: 20.1370.01-8, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 150/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de FIOS E CABOS PARA TENSÃO NÃO SUPERIOR A 300 V - cód. Suframa 1351 e CABO DE FORÇA COM PEÇAS

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.